

ATA DA 192ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, 12/02/2015

PRESIDENTE

JOSÉ DE FILIPPI JR.

COORDENADORA DA COMISSÃO EXECUTIVA

MARIA ADENILDA MASTELARO/JARQUELENE OLIVEIRA DO NASCOMENTO

SECRETARIO GERAL DO CMS-SP

JULIO CESAR CARUZZO

Início: 14h20

Término: 18h40

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil

MARIA ADENILDA MASTELARO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
NILTON SOUSA DOS REIS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
JOSÉ DA GUIA PEREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
PAULO DE TARSO W. FRANGETTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

MARCIONÍLIA NUNES DE OLIVIERA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

MARIA DE LOURDES M. SANTOS SILVA (TITULAR) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

MARIA JOSÉ DE SOUSA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

MAURÍCIO SILVA LIMA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

ARNALDO MARCOLINO DA SILVA FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

JARQUELENE OLIVEIRA DO NASCIMENTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ALEX APARECIDO LEITE DE ALBUQUERQUE (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

IDECLÉIA GENEROSO DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

LUZIA BERGAMO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MARTA ANTONIA SOARES (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
PAULO MARTINS MOREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
SHEILA VENTURA PEREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
VITA AGUIAR DE OLIVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
REGINA CELIA PEDROSA VIEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
NADIR FRANCISCO DO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
GERSONITA PEREIRA DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
EULÁLIA ALVES CORDEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Representantes dos Trabalhadores em Saúde

ANUSKA PINTUCCI SALES DA CRUZ SCHNEIDER (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
DEODATO RODRIGUES ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
MARÍLIA DAPENA FERNANDEZ (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
ANA ROSA GARCIA DA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
WALNEY ARAÚJO DA SILVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
MARIA LÚCIA VIEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
JASON GOMES RODRIGUES SANTOS (TITULAR) REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
IRAMIR BASTOS GOMES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representantes das Instituições Governamentais:

ERIK OSWALDO VON EYE (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
RENATO NOGUEIRA DOS SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
MARIA JOSÉ R. RIBEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

Representantes do Poder Público

RICARDO FERNANDES DE MENEZES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
GIANE SANT'ANA ALVES OLIVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
CÁSSIO ROGÉRIO DIAS LEMOS FIGUEIREDO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
CÁSSIA LIBERATO MUNIZ RIBEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
DENIZE CALVO COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de Ausência

JOSÉ DE FILIPPI JR. (TITULAR) – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
JOSÉ AUGUSTO QUEIROZ (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS SINDICATOS PATRONAIS
ÉDER GATTI FERNANDES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
DURVAL RODRIGUES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
PATRÍCIA RODRIGUES MOLINA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
MAGALY EZEQUIEL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

III – Ausentes

ANA MARIA FERREIRA QUAIATO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
JOSÉ LEONILSON DE QUEIROZ ALMEIDA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
LOURDES MARIA DE QUEIROZ (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
MANOEL COSTA FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARCOS ROBERTO DE ANDRADE (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
AUGUSTA DE MELO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

PAULO HENRIQUE FRACCARO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS SINDICATOS PATRONAIS
FRANCISCO PEREIRA LIMA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
ROSILANIA CORREIA LIMA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
MARIA APARECIDA FRANCELINA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ADRIANA MARIA LOPES VIEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
CASSIA XAVIER (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
PEDRO FELIX VIDAL JUNIOR (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
JOSÉ OLÍMPIO MOURA ALBUQUERQUE (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

IV – Visitantes

Conforme Lista

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP

JULIO CESAR CARUZZO - SECRETÁRIO GERAL DO CMS/SP

DIGITAÇÃO: AMANDA SAMPAIO MACHADO DA SILVE E EMMANUEL DUDA CÂNCIO DOS SANTOS

REVISÃO GERAL: JULIO CESAR CARUZZO - SECRETÁRIO GERAL DO CMS/SP

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Inicia a reunião. Informa que a Dr^a. Iara foi indicada, via ofício, para representar o secretário.

A Coordenadora das Áreas Temáticas e Redes de Atenção da SMS, Dra. Iara Alves de Camargo: Justifica a ausência do secretário Dr. José de Filippi Jr, pois o mesmo está concluindo as reuniões com os gerentes dos equipamentos de saúde, e o secretário adjunto, Dr. Paulo Puccini está em uma entrevista coletiva, em conjunto com a equipe da COVISA, sobre a Dengue e a Chikungunya. Existe uma elevação no número de casos no país inteiro. São 1260 casos de Dengue a confirmar, e 250 casos confirmados. Para servir de base, ano passado neste mesmo período haviam 81 casos confirmados em São Paulo.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Lembra que não existe na pauta nenhum assunto relacionado à Dengue. Se o assunto é importante precisa ser pautado. Não identifica no regimento onde está a figura do substituto do secretário. Estranha o desrespeito ao regimento.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: O secretário informou através de ofício, a indicação a Dr^a. Iara para representar a SMS no CMS. É praxe darmos a palavra para apresentação, e ela sentiu-se preocupada para informar sobre o assunto.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Se ela deseja incluir uma fala, quantos minutos serão necessários? E qual será o tema?

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Consulta a plenária para passar a palavra por 3 a 5 minutos para a Dr^a Iara. Em relação aos casos omissos no regimento, o plenário é soberano, por isso está realizando a consulta.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Solicita questão de ordem. Sugere que seja incluída na pauta esta fala, e que aprove a pauta para que o trabalho possa prosseguir.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Sente-se constrangida pela situação.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: As duas propostas não são conflitantes. Devemos obedecer ao regimento.

A Coordenadora das Áreas Temáticas e Redes de Atenção da SMS, Dra. Iara Alves de Camargo: Retira sua palavra para que os trabalhos possam andar tranquilamente.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Passa a palavra para o secretário executivo para leitura da pauta.

O Secretário Geral do Conselho: Realiza leitura da pauta.

- A- Aprovação das Atas da 191ª Reunião Plenária Ordinária e 1ª Reunião Plenária Extraordinária;
- B- Informes da Mesa;
- C- Informes dos Conselheiros;
- D- Informes das Comissões
- E- Ordem do Dia;
- F-
 - 1 – Referendar a Coordenação da Comissão Executiva do CMSSP;
 - 2 – Aprovar a Programação Anual de Metas 2015 (PAM 2015) do Programa Municipal DST/Aids;
 - 3- Aprovar a publicização do Relatório Anual de Gestão 2013 – RAG 2013 para todas as Supervisões Técnicas de Saúde, para que os conselheiros façam sua análise e contribuições com devolução ao CMSSP até 06/03;
 - 4 – Referendar a Comissão Organizadora da 18ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo;
 - 5 – Parecer da Comissão de Políticas de Saúde quanto à criação da Comissão de Patologias, Doenças Raras;
 - 6 - Proposta de alteração do logotipo do CMSSP.

F – Deliberações

1. Aprovar os encaminhamentos das reuniões que trataram dos Chamamentos;
2. Indicação de 01 (um) representante para compor o Grupo Condutor da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, que irá se reunir no dia 05/03/2015, às 14h, no Auditório da SMS.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: A Comissão de Comunicação solicita que seja retirado o item 6 da Ordem do Dia, pois existe a necessidade de maior discussão sobre o tema.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Solicita esclarecimento sobre o motivo da retirada do item.

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Veio preparado para a discussão do Logo. Ficou em dúvida porque o conselheiro informou que iria retirar por enquanto. Esse tema irá voltar depois?

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Não tivemos uma explanação da CESCO sobre o logo, e achamos que não poderíamos encaminhar sem ter clareza do porquê da mudança.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Coloca em regime de votação a aprovação da pauta com a exclusão solicitada.
Aprovada por aclamação.

A - Aprovação das Atas da 191ª Reunião Plenária Ordinária e 1ª Reunião Plenária Extraordinária

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Consulta a plenária sobre a aprovação das duas atas.
Atas aprovadas por aclamação.

B - Informes da Mesa

O Secretário Geral do Conselho: Lê os informes de mesa.

A - O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo informa que, encontram-se nas pastas dos Conselheiros os seguintes documentos:

- 1- Convocatória e pauta da 191ª Reunião Plenária Ordinária do CMSSP;
- 2- Solicitação da FOPPEP – Fórum dos Portadores de Patologias do Estado de São Paulo, solicitando a implantação da Comissão de Patologias e Doenças Raras no CMSSP;
- 3- Artigo – SUS Brasil;
- 4- Carta de São Paulo – Produzida no 5º Congresso Brasileiro sobre o Uso Racional de Medicamentos;
- 5- Programação Anual de Metas 2015, do Programa Municipal DST/Aids;
- 6- Parecer da Comissão DST/Aids, solicitando a aprovação com ressalvas da Programação Anual de Metas 2015, do Programa Municipal DST/Aids;

C - Informes dos Conselheiros

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Comunica que a partir do dia 13/02, às 14, no auditório do Hospital Municipal Cidade Tiradentes iniciará o processo eleitoral do Conselho Gestor. Deseja entender sobre uma matéria da TV Record, sobre a UPA Campo Limpo, onde foi informado que só havia um médico clínico atendendo, segundo os usuários, e a SMS manda um comunicado informando que existem dez médicos atendendo, com setecentos atendimentos ao dia. Essa demanda é a mesma que havia na porta do Pronto Socorro Campo Limpo? Deseja estes dados. Porque esta demanda tão alta?

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: A Plenária Municipal de Saúde já está organizando a agenda para o Dia Mundial da Saúde (07/04/2015). Ocorrerá um ato na capital. Estava programado um ato em Brasília, que foi suspenso, para que o ato fosse concentrado aqui em SP. Solicita que o representante do Sindicato dos Médicos, Dr. Salvador faça um informe.

Dr. Salvador: Informa que estão em negociação salarial com o Sindicato dos Hospitais Filantrópicos e Organizações Sociais desde o mês de setembro. Todos os anos o SINDOCIL tem oferecido reajustes abaixo da inflação para todas as categorias. Este ano não houve avanço nas negociações, justamente porque a postura da nova diretoria é a de não aceitar reajuste abaixo da inflação. Os médicos que trabalham para a Santa Casa de Misericórdia, assim como outros servidores, não receberam décimo terceiro. Alguns não receberam o salário de dezembro e existe uma queixa de condições de trabalho nas UBS da prefeitura que são administradas por OS, que inviabilizam a prestação do melhor atendimento. No dia 26 haverá uma mesa no Ministério do Trabalho e Emprego, onde esperam que ocorra uma negociação e um acerto. Cresce entre os médicos da rede um chamado de paralização.

A Conselheira Titular representante da Pessoa com Deficiência: Esteve em uma plenária da pessoa com deficiência no dia 07, na Câmara Municipal. Temos representantes da Pessoa com deficiência e não temos o suporte necessário. Na câmara existiam nove guias intérpretes para atender cinco surdos. Por que a SMS não contrata? Deseja registrar sua indignação sobre isso.

A Conselheira Suplente representante da Pessoa com Deficiência: Reforça a fala da conselheira Gersonita. Informa que o fone de ouvido não a contempla. Deseja que sua participação seja garantida, pois não tem participado pela falta do guia intérprete. Está sendo cobrado pelo segmento, que não está atuando, mas não está atuando pela falta de acessibilidade.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Passa a palavra para o Secretário Geral do Conselho.

O Secretário Geral do Conselho: Informa que o processo está no setor administrativo há bastante tempo, mas não está sendo possível encontrar mais de um fornecedor do serviço e o valor que é cobrado é acima dos R\$ 8.000,00, que é o teto para compras com dispensa de licitação. Sobre o transporte, a Supervisão do Campo Limpo tem disponibilizado, à medida do possível, para a conselheira Eulália. Já foi solicitado no processo de licitação para contratação de carros, mas houve problema no processo e ainda está parado.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Solicita questão de ordem. Acha que o tema deve ser pautado em reunião plenária.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Solicita que os representantes de SMS tomem as medidas necessárias, e informa que o tema será pautado nas comissões.

A Conselheira Titular representante da Pessoa com Deficiência: Não é necessário pautar. Irá junto com a conselheira Eulália no Ministério Público representar contra a SMS.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Em Santo Amaro, existe a carreta do atendimento onde existe espera de 06, 07 meses para exames, onde os idosos aguardam embaixo de uma lona com 40º, em jejum, passando mal. Precisamos ver essa situação. Devemos chegar aqui e colocar nossas necessidades.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Sobre o conselho do HSPM, foi apresentado o planejamento estratégico que havia sido solicitado.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: A gestão prevê a construção de 43 unidades. Deseja saber sobre a UBS Tolstoi. Ela está fora desta previsão de construção. Foi colocado pelo secretário adjunto, que se não houver terreno público não haverá construção, porém não foi dada nenhuma alternativa a esta situação. Gostaria de saber se há uma alternativa como aluguel ou desapropriação para esta UBS. Não podemos ficar sem essa Unidade, e existe um compromisso da gestão quanto a isso. Solicitamos para pautar no conselho a questão de falta de água, e gostaria de saber se a SMS possui um plano para abastecimento dos equipamentos de saúde.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Em relação aos editais de chamamento das regiões, ainda não avaliamos o ponto de vista técnico assistencial, número de RH proposto. Foram identificados alguns pontos também, onde a SMS fez erratas para corrigir. Mas algumas vieram erradas. O edital nº 15, da Cidade Tiradentes, Guaianazes e Itaquera, citam unidades que não pertencem a estas regiões. Foram aumentados os valores do edital de chamamento. Existiam situações onde eram citados dez profissionais, que após auditoria da supervisão foram constatados apenas três ou quatro profissionais. Isso é incoerência. Foram aumentados serviços que não existiam. Fatos que aumentam o valor disposto para contratos. Solicita que a equipe passe para o núcleo técnico as informações de revisão detalhadas dos editais para adequação. Existe uma falta de insumos e materiais, porém não existe uma resposta sobre o tema. Sobre as UBS Integrais, devemos lembrar que adaptação não contempla a meta de construção de novas unidades.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Foi inaugurado em São Miguel Paulista o novo Hospital Dia. Deseja saber sobre a licitação das três, quatro Unidades para a região.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Deseja passar a palavra para o conselheiro da Supervisão Técnica de Saúde do Butantã, Hugo.

Hugo: Na reunião ordinária desta semana, foi aprovada uma resolução pedindo o afastamento do Dr. Alexandre Nemes, da Coordenadoria Centro-Oeste, em razão da completa paralisia da gestão na região. Havia todo um projeto e expectativas em relação ao processo de chamamento resolver estes problemas, e não houve nenhum interessado, o que demonstra o total fracasso da gestão na região. E a outra fundamentação é o inquérito movido pelo MP, questionando o conflito de interesses entre o Dr. Alexandre Nemes e a Fundação Faculdade de Medicina, que é a OS que gere várias Unidades na região. Pede ao CMS que auxilie no acompanhamento destas solicitações.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Foram enviados alguns documentos essa semana para o Pleno. Um deles é a Carta de São Paulo, sobre o 5º Congresso Brasileiro sobre o Uso Racional de Medicamentos, que cita a participação do CMS neste congresso. É importante nos apropriarmos do assunto e dar uma resposta. Outro é um resumo do Encontro dos Conselheiros em Brasília, que fala sobre a privatização da saúde. É muito importante para avançarmos na questão. Outro ponto é a questão da Reforma Política. Essa semana, os representantes Legislativos montaram uma comissão para realizar algo distinto do que foi mobilizado. Uma constituinte exclusiva e soberana. Exclusiva porque eles não nos representam, por conta dos processos de financiamento de campanha. Se não fizermos nada, teremos que engolir uma reforma que será a maior mentira que já houve.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: O primeiro informe é mais voltado à munícipe Elizabeth que está representando a comissão de idosos. Eles solicitam a reativação da comissão de idosos que não existe mais. Esse pedido será encaminhado para a Comissão de Políticas de Saúde, e sugere que a comissão convide tanto a Sra. Elizabeth quanto a Sra. Conceição para participar da reunião. O outro informe é sobre o dia 19/02, onde ocorrerá um seminário que coincide com a Prestação de Contas da SMS. Como o tema do seminário é Financiamento do SUS, e sabemos que a visão política é diferente da nossa, é importante que o conselho defina três, quatro pessoas para acompanhar o seminário. Um dos palestrantes é o Dr. Éder Gatti deste conselho.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Em relação à UBS Vila Albertina que fica no Jardim Tremembé, e que estava sendo reformada para se tornar UBS Integral, onde foram gastos 590 mil reais, e parece que foi cancelada essa mudança, pois a estrutura não comporta esta alteração. Foi falta de planejamento? Sobre a fala da conselheira Eulália, apoia, e lembra que quando o prefeito pede, o secretário diz que irá realizar, mas quando é o CMS isso não acontece. Como coordenador da comissão de políticas, e a conselheira Eulália é membro desta comissão, irá oficiar o secretário, solicitando o intérprete e o transporte imediatamente. Passa a palavra ao Arnaldo Marcolino.

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Informa que haverá a Plenária Popular da Região Sudeste, acontecerá no espaço da Assembleia Legislativa, nos dias 21 e 22 de março.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Existem diversas demandas sobre a DENGUE, que geraram inclusive a confecção de um seminário ano passado. Temos muitos casos confirmados em São Paulo. Gostaria que os conselheiros pautassem nas regiões para que possamos dar a assistência devida ao tema. Outro assunto que chamou atenção foi à questão do SAMU. Foi veiculada a informação de que haviam 40 ambulâncias paradas por problemas em "bomba", e que funcionários estariam sem receber pagamento.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Em relação à farmácia homeopática, faz dois anos e dois meses que o município não disponibiliza medicações homeopáticas. É difícil entender a burocracia nesta questão, e quem sofre com isso é população que não tem condições de comprar o medicamento. Pede para que a Dr^a. Iara verifique junto à Assistência Farmacêutica, e o setor Jurídico de SMS o que está ocorrendo. Houve um caso de uma usuária que ficou internada por 111 dias, e quando recebeu alta saiu com os dispositivos (sondas, traqueo, etc.), e com a orientação de que o tratamento iria prosseguir na UBS de referência. Ao procurar a Unidade, foi informada que por residir em prédio, não poderia ser atendida. Levou esta informação ao Dr. Edmir, da EMAD, e recebeu a informação que infelizmente na região de residência da usuária não existe equipe para atendimento. Porém, foi informada que será feita uma gestão junto à equipe de PSF para visitar esta paciente. Não existe troca de informações entre a Regulação do Estado e do Município para evitarmos este tipo de questão. Este é o mês das doenças raras, e haverá um movimento no dia 25, na Assembleia Legislativa, coordenado pela Aliança Brasileira de Genética com a finalidade de discutir a política Estadual e Federal.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Passa a palavra para a Dr^a. Iara para esclarecimentos.

A Coordenadora das Áreas Temáticas e Redes de Atenção da SMS, Dra. Iara Alves de Camargo: Sobre o questionamento da conselheira Malu, será verificado o que está acontecendo. Sobre o questionamento da conselheira Vita, irão verificar o que aconteceu com o processo da Homeopatia junto

ao setor jurídico. Em relação ao intérprete, endossa o que foi dito pelo secretário Executivo, pois a informação recente foi a de que existe um problema em relação à quantidade de empresas e valor limite de dispensa de licitação. Sobre o plano de abastecimento de água da PMSP, ainda não possui informações sobre, mas irá buscar as mesmas para que possa repassá-las.

D- Informes das Comissões

CIST: O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Norte informa que a reunião da comissão ocorrerá no dia 25/02, e gostaria que a comissão Inter Conselhos participasse. Sobre as resoluções tiradas do seminário da CIST, será feita uma devolutiva da 4ª Conferência de Saúde do Trabalhador e este resultado irá para a 18ª Conferência Municipal de Saúde.

Comunicação: O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste informa que a comissão discutiu na última reunião sobre a gravação do programa do CMS na Rede São Paulo Saudável, e também o logotipo do CMS. Solicita que os conselheiros que ainda não realizaram a gravação façam até o dia 13/02/2015, para que possam iniciar o programa. Será encaminhado à Comissão Executiva um ofício solicitando que seja pautado sobre a questão da água na cidade de São Paulo.

Saúde da Mulher: A Conselheira Titular representante da Pessoa com Deficiência convida a todos para o Seminário da Saúde da Mulher que ocorrerá no dia 21/02, na Câmara Municipal, e agradece a todos que participaram da organização, como o Júlio, a Sheila, Lúcia, e a Melina pelo convite confeccionado que ficou muito bom. Haverá a presença de um grupo de deficientes e mulheres que também contribuíram com a comissão.

Inter-Intraconselhos: A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias diz que a comissão recebeu um ofício sobre a cassação do mandato da conselheira Márcia Groeninga, do conselho Gestor da STS Jabaquara/Vila Mariana, e este documento é bem complexo e bem confuso, envolvendo B.O e diversas problemáticas. Para tomar o melhor encaminhamento, a comissão resolveu enviar para o jurídico da SMS para obter um respaldo melhor para tomar uma decisão. No dia 21/02 haverá a eleição do Conselho Gestor do M'Boi Mirim e a comissão estará presente. A situação ainda está complicada na eleição, mas a comissão irá acompanhar. Passa a palavra para a conselheira Malú.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: No dia da eleição, pela parte da manhã, não é bom que fique apenas uma pessoa, tem que ser ao menos três. Existem ameaças e provocações que dificultarão o processo. Sobre a informação do conselheiro Nilton, em relação a UPA do Campo Limpo, não há copos para tomar água, os bebedouros estão quebrados, os banheiros estão entupidos, e nas relações de médicos existem seis, sete profissionais, mas no atendimento apenas um. Como funciona a questão dos processos em SMS. Por que o processo da condução de deficientes ainda está parado? Onde é a incapacidade?

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Sobre o M' Boi Mirim, o processo está fundamentado em um parecer jurídico da SMS. Foi montada uma comissão organizadora para efetivar o processo. Existem os conselheiros municipais da região para acompanhar o processo. O processo eleitoral das unidades do Itaim Paulista foi transparente.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: A comissão foi convidada a participar de uma oficina em Parelheiros no dia 24/02. É uma questão ética que o conselheiro que está no CMS, e que pertence à região participe do evento.

A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Às vezes os Conselhos das regiões não se conversam e essa responsabilidade acaba indo para a comissão Interconselhos.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Diz que acontecerá um seminário no mesmo dia da eleição, e que a Sheila irá encerrá-lo. Se não fosse esse problema, estaria no processo o dia todo, sem problema algum. Fala ainda que em virtude da realização da Conferência da Mulher esse ano, que estão ocorrendo plenárias deliberativas em toda a cidade.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Não foi distribuído o calendário, pois está informado que serão as plenárias deliberativas.

DST/AIDS: A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias informa que houve uma reunião em conjunto com a Comissão de Políticas de Saúde, onde foi criado um GT para acompanhar as Hepatites Virais e que terá a primeira reunião no dia 23/02, às 10h, na sala de reuniões do CMS. Houve também a discussão da PAM 2015. No dia 10 houve uma reunião extraordinária para dar andamento às apreciações da PAM 2015, onde foi sugerido que para as próximas reuniões sejam convidadas as Coordenadorias de Saúde para discutir as ações sobre AIDS nas regiões. Na próxima reunião do dia 18 haverá a apresentação da Coordenadoria Sudeste.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Ratifica a fala da conselheira Regina.

Orçamento e Finanças: A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais informa que não poderá ir participar do Seminário da Saúde da Mulher, pois estará em férias. Deseja registrar um protesto, pois na última reunião havia quórum e não foi possível dar andamento aos trabalhos, porque havia sido enviado um ofício pedindo a prestação de contas da 17ª Conferência Municipal de Saúde, e da 4ª Conferência Macrorregional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. A resposta é que CFO não poderia fazer a reunião em Janeiro, porque havia outra reunião marcada para o mesmo dia. Reiteraram o pedido em Janeiro, solicitando para pautar em fevereiro. Não foi possível por que a CFO solicitou uma informação para a Assessoria de Gestão Participativa, e o ofício ficou retido lá por 22 dias. Não podemos realizar uma nova conferência sem ter a prestação de contas da anterior. Temos que ter base para tomarmos qualquer medida de contratação para a próxima conferência. Foi pautada também a discussão do RAG 2013, onde seria feito um parecer provisório, aguardaríamos a aprovação aqui, para depois fechar. O assessor contratado para nos dar assessoria, se recusou a sentar conosco para avaliar o RAG 2013, justificando que o contrato dele é para o curso. De boca foi informado que no pacote do curso estaria à assessoria ao Orçamento e Legislação. Informamos que pediríamos um aditamento ao contrato então, e o mesmo respondeu que não tem disponibilidade. Deseja pautar para a próxima reunião da comissão executiva a discussão sobre isso. Se não poderá nos dar assessoria, estamos levantando outros nomes.

Saúde da População Negra: A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias informa que a comissão se reuniu com o Secretário da Igualdade Racial para realizar uma apresentação do trabalho da comissão. Foi uma reunião proveitosa, onde foram levadas as demandas do tema, e deixamos uma solicitação para que a próxima reunião seja aqui na SMS. No dia 27/02, a comissão decidiu confeccionar um ofício, parabenizando o primeiro bispo auxiliar negro, Eduardo Vieira dos Santos, nomeado pelo Papa para a Catedral da Sé. Devemos celebrar os bons momentos também.

Políticas de Saúde: O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários diz que a comissão debateu, entre outros assuntos, a questão da reforma e acessibilidade das UBS, com a presença do representante do GDRF que esclareceu parcialmente as dúvidas, visto as dificuldades de comunicação que existem entre os setores. Estas obras estão sendo realizadas pela SIURB, que deveria realizar também a fiscalização, porém quem assina o aceite são os gerentes das unidades, que não estão capacitados tecnicamente para este tipo de avaliação. A comissão optou por realizar uma reunião extraordinária com a presença dos setores envolvidos, e as informações necessárias para uma boa avaliação e discussão. Algumas regiões possuem um planejamento de obras que facilita muito a avaliação. Outro ponto é a discussão sobre o parecer da discussão de patologias e doenças raras. Houve uma discussão sobre um grupo de idosos da região Jaçanã/Tremembé, com dificuldade de diálogo entre a subprefeitura, o conselho participativo e o conselho da região, por conta de um parque que estava sendo usado para exercícios e atividades. A assessoria financeira citada deve auxiliar a comissão de políticas de saúde também. Se resgatarmos as ATAS saberemos o que foi combinado.

A Conselheira Suplente representante do Poder Público: Tem um entendimento diferente do conselheiro Alex, em relação a não haver conversa na região a respeito da URSI. Ontem o coordenador veio em SMS explicar que já existe conversa há bastante tempo com o subprefeito, e que já existe inclusive uma proposta para a solução deste problema.

Saúde Mental: O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro informa que não foi possível a reunião, porque sem comunicação à comissão, foi marcada a aula do Dr. Jorge Kayano para o mesmo dia e horário da comissão. Desde o mandato anterior existem problemas sérios que impossibilitam a comissão de se reunir. Precisamos ter responsabilidade em relação a isso. Temos muitos conceitos e embates a respeito do tema, e os setores envolvidos não têm um entendimento correto do que é a Saúde Mental. Precisamos dar atenção a esta comissão.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Foi um equívoco este agendamento. Teremos um ano ainda para trabalhar com a comissão e aprofundar os temas necessários.

E – Ordem do Dia

1 - Referendar a Coordenação da Comissão Executiva do CMSSP

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Esclarece aos conselheiros que em 2014 foi feito um acordo aonde a mesma seria a coordenadora da comissão executiva e a Jarqueline seria a coordenadora adjunta, e que em 2015 haveria a inversão, passando a Jarqueline a coordenar a comissão executiva e a Adenilda a coordenação adjunta. Coloca em regime de votação nominal a nova coordenação.

A favor – 18 votos

Contra – 0

Abstenções – 5

Total: 23 votos

Aprovada. A conselheira Jarqueline Oliveira do Nascimento passa a Coordenar a Comissão Executiva do CMSSP e a conselheira Maria Adenilda Mastelaro e a Coordenadora Adjunta.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Realiza discurso de agradecimento e passa a coordenação para a conselheira Jaqueline.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Exalta as dificuldades em coordenar o CMS e lembra a importância das discussões e debates, e que apenas juntos poderão fazer um SUS melhor.

2 - Aprovar a Programação Anual de Metas 2015 (PAM 2015) do Programa Municipal DST/Aids

A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Informa que a Comissão DST/AIDS avaliou em conjunto com a Comissão de Políticas de Saúde e que definiram que o parecer é favorável à aprovação do documento com as adequações que foram solicitadas.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Questiona qual é o tempo para apresentação das adequações.

A Coordenadora do Programa Municipal DST/Aids, Eliana Battaglia Gutierrez: Irão apresentar apenas as adequações rapidamente. “No Eixo prioritário - Atenção às pessoas vivendo com HIV” - na 1ª meta ficou: Oferecer tratamento antirretroviral a 100% das pessoas vivendo com HIV na rede de hospitais especializada após cuidados informação sobre os benefícios de saúde comprovados e redução da transmissibilidade do HIV. O tratamento iniciará após a decisão autônoma do paciente. Na meta nº 2 - Alcançar carga viral indetectável em 90% das pessoas vivendo com HIV em tratamento na RME até 2020. A nova meta incluída é - Investigar os óbitos de adultos, em conjunto com o CCZ COVISA a fim de identificar as oportunidades perdidas, e propor medidas para correção. Meta 8 - Monitorar a retenção das gestantes em tratamento antirretroviral, a ação 29 ficou com a redação - Discutir com as Coordenadorias Regionais de Saúde e Rede Municipal Especializada, estratégias de retenção. A utilização do aviso automático de consulta do SIGA e busca ativa, respeitada a abordagem consentida as gestantes que faltarem às consultas. Na prevenção, proteção e promoção, eixo prioritário logística e preservativo - Meta 17 - Ampliar em 10% do incremento em relação ao ano anterior a distribuição de preservativos masculinos, femininos e gel lubrificante por ações de agentes de campo, pelo acesso de serviços de saúde e em espaços de grande circulação. Na meta 19 - A ação 62 ficou com a redação - Participação em grupos de trabalho de população em situação de rua, pancadões, saúde da população negra e população LGBT. Na descrição da meta 25 - A ação 93 ficou com a seguinte redação - Estabelecer parcerias com Organização Não Governamental, movimento negro, mulheres e direitos humanos e população LGBT. Encerra a apresentação.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Coloca em regime de votação a aprovação da Programação Anual de Metas 2015 (PAM 2015) do Programa Municipal DST/Aids com as adequações solicitadas pelas comissões DST/Aids e de Políticas de Saúde.

Aprovada por aclamação.

3 - Aprovar a publicização do Relatório Anual de Gestão 2013 – RAG 2013 para todas as Supervisões Técnicas de Saúde, para que os conselheiros façam sua análise e contribuições com devolução ao CMSSP até 06/03

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Lembra-se da importância do Relatório Anual de Gestão, e que o mesmo deve ser analisado por todos os conselheiros, sejam gestores ou municipais. Dia 11/03, a Comissão de Orçamento e Finanças se reunirá para confeccionar um parecer, que será analisado no dia 12/03, no Pleno do CMS. Dia 30/03 é o prazo da Gestão para apresentar o RAG 2014.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Deseja que a aprovação da publicização não se estenda muito. Devemos delegar aos conselhos de supervisão, do empoderamento e análise dos documentos. A discussão do RAG deve ser extensa, a aprovação da publicização não.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: No dia 30/03/2014 foi apresentado ao CMS o RAG 2013, porém as informações dificultavam a análise do documento. Por conta disto, solicitaram a contratação de uma assessoria para orientar a análise do documento. Na aula com o Dr. Jorge Kayano foi explicado que além da importância de análise do RAG, é necessário publicizar à sociedade quais foram às ações da gestão, para que a base avaliasse as metas que foram executadas ou não, e enviassem ao CMS as informações e pareceres a respeito.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Como será feita essa publicização?

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Esta publicização deve acompanhar a informação de que o documento está em análise pelo CMS.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: A publicização deste relatório é complicada, pois o documento tem muitas páginas para ser avaliado até a data estipulada.

A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Temos muitas reclamações em relação ao retorno dos trabalhos que realizamos aqui. Passa a palavra para a conselheira Cida.

A Conselheira da STS Sé, Maria Aparecida: O CMS conseguiu assessoria para análise do RAG. Como chegará este documento na supervisão, se lá os membros não tem o mesmo suporte. As oficinas que estão sendo realizadas para obter essa informação estão convidando conselheiros gestores?

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Acha que devem rediscutir a data de aprovação por conta da falta de tempo para análise. Em relação à publicização, devemos utilizar as ferramentas que possuímos, como e-mail, Diário Oficial, etc, para divulgar essa informação.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Justifica que em alguns momentos sai da sala para acompanhar os conselheiros que estão realizando as gravações no 7º andar. Sobre a publicização do documento, o que o Pleno deliberar, a comissão realizará.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Quando o documento for publicizado, deve haver informação para as Supervisões Técnicas intimando a informar os conselheiros, pois existem muitas reclamações de que a informação não chega.

A Conselheira Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Houve a proposta de se realizar um Pleno extra. O mesmo não terá valor se todas as STS não forem convidadas para analisar o documento. Acha que é necessário mais tempo para análise deste documento.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: A Gestão enviou o RAG atrasado. Depois, identificamos que haviam problemas no documento. Não publicizamos ainda, porque o documento ainda está errado. Solicitamos diversas vezes as correções, mas ainda não estão resolvidas.

Acha que devem aprovar não só a publicização, mas também o encaminhamento imediato para os conselhos do RAG 2014, para que eles já comecem a análise. O RAG analisa as metas e o econômico, as metas os conselheiros da base conhecem melhor do que nós. Para a questão da data, podemos colocar para 15 dias após a data do dia 12, um pleno extraordinário, para encerrarmos o 2013, antes do envio do RAG 2014. Acha que devem publicar no site.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: No dia 30/03 a gestão apresentou uma versão preliminar do RAG 2013. Solicitamos correções em relação às informações, porém a entrega foi feita na data. A supervisão deve fazer a análise e verificar quais as metas cumpridas.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: A comissão está avaliando a atualização do site do CMS. É necessário melhorar o texto antes da publicização. As atualizações do site devem ser enviadas a CESCO, para que a mesma as realize.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: De acordo com a Dr^a. Iara, a publicização do documento será tranquila. A SMS enviará e-mails para todos os supervisores e solicitará o envio aos conselheiros. No site também será publicizado. Acredita que esta publicização também deve sair no Diário Oficial.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Em relação à data, dia 26 é mais de um mês a contar de hoje. Acha que dia 24/03 dá tempo para os conselhos reunirem-se ordinariamente e analisarem o documento. Podemos acertar de enviar os RAG assim que chegarem, independente de serem preliminares ou definitivos.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Em relação à nota que informa que o documento ainda está em aprovação pelo CMS, a Comissão de Orçamento e Finanças irá confeccioná-la até o final da reunião.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Sugere que o texto seja simples, apenas para informar que apesar de encaminhar o documento, o CMS ainda não aprovou o mesmo.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Solicita que sintetizem em um, os encaminhamentos dados.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: A definição é que a partir do Diário Oficial, do e-mail da Secretaria e pelo site do Conselho acontecerá a publicização do documento a todas as Supervisões. Este documento acompanhará uma justificativa de que o mesmo ainda não foi aprovado. A data para devolutiva dos conselhos gestores será até o dia 26. O Pleno Extraordinário acontecerá no dia 26, para dar o parecer final. Coloca em regime de votação a aprovação dos seguintes encaminhamentos.

Publicização do Relatório Anual de Gestão 2013 a todas as Supervisões Técnicas de Saúde, para análise e conhecimento dos conselheiros com devolução a este Conselho até o dia 24/03, publicização no link do Conselho Municipal de Saúde e Reunião Plenária Extraordinária em 26/03 para aprovação do documento.

Aprovado por aclamação.

Intervalo para o lanche.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Solicita o retorno dos conselheiros do lanche, para evitar maiores dificuldades para os conselheiros que dependem de carros para voltar as regiões de origem.

4 - Referendar a Comissão Organizadora da 18ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Informa que alguns segmentos não encaminharam os nomes dos representantes, portanto, irão referendar os que já foram encaminhados, e os demais deverão ser indicados até o fim da reunião.

O Secretário Geral do Conselho: Realiza a leitura dos nomes indicados. Segmento Usuários: Adenilda, José Da Guia, Jaqueline, Alex, Gersonita e Regina Pedrosa. Falta a indicação de mais dois nomes.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Em relação aos usuários, uma vaga é da FIESP e a outra é das Centrais, que ainda não enviaram os nomes.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Informa que os nomes do segmento Trabalhador são: Ana Rosa, Deodato, Iramir e Jason.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Deseja saber como funcionam estas indicações. Acha que tem direito de indicar as pessoas do seu segmento, sendo que já existem nomes definidos sem ter indicado nenhum.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: A divisão das oito cadeiras foi: duas para o Movimento Popular, uma para o Movimento Comunitário, uma para as Patologias, uma para a Pessoa com Deficiência, uma para as Centrais e uma para a FIESP. A definição dos nomes deve ser realizada nos sub-segmentos. Os nomes que foram informados, foram enviados pelo sub-segmentos.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Em outro Pleno, já havia sido informado o nome de quatro pessoas indicadas pelo secretário para representar o segmento Gestor. Lembra que já havia solicitado representatividade das filantrópicas, apesar de não poder participar, em virtude da grande carga de trabalho que já possui na região Leste.

O Secretário Geral do Conselho: Informa que o segmento Gestor indicou os nomes do Dr. Ricardo, Giane, Denize e Cássia.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Em relação à intervenção do conselheiro Renato, os prestadores de serviço interessados, devem se reunir e discutir com o secretário a representação na comissão organizadora.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Normalmente, além dos nomes indicados a Comissão Executiva também participa.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Os dois nomes de usuários que não foram informados precisam de um prazo para se manifestar. Lembra que haverá muito mais trabalho para estes membros, do que para os demais. Devem marcar logo a primeira reunião, pois o tempo é curto.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: A responsabilidade dessa comissão organizadora é "tocar" o evento da Conferência, mas é importante a participação direta ou indireta de todos os conselheiros do CMS.

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Na reunião da executiva foi feita uma conversa para definir o nome dos membros.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Se a FIESP e as Centrais não ocuparem as vagas disponibilizadas, a discussão para indicação dos nomes deve se realizar dentro do segmento usuários e não em um sub-segmento.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Faz essa colocação por conta da quantidade de pessoas que são representadas. Acha incorreto a região Sul não estar representada na comissão.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Os membros da comissão devem ser membros do CMS.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Entende que todos os segmentos têm suas reuniões ordinárias, e é lá que devem ser definidos os nomes.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Ninguém se demonstrou contrário aos nomes indicados. Consulta o Pleno para referendar os nomes indicados, e aguardar os nomes que faltam. Caso as vagas não sejam utilizadas, será feita uma reunião entre os usuários para definir as indicações até o segundo dia útil após o carnaval.

Aprovado por aclamação.

5 - Parecer da Comissão de Políticas de Saúde quanto à criação da Comissão de Patologias e Doenças Raras

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Após reunião entre a comissão e o Fórum dos Portadores de Patologias do Estado de São Paulo, entendemos o parecer como favorável à criação da comissão. Realiza a leitura do documento produzido pelo Fórum que justifica a criação da comissão.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Acha que o CMS deve averiguar os critérios de criação de comissões, pois muitas não estão conseguindo funcionar a contento.

O Conselheiro Suplente representante dos Portadores de Patologias: A intenção é complementar o trabalho do CMS, auxiliando nas discussões. Desejam acrescentar e trazer para o CMS o que acontece. O grande problema das doenças raras é a Lei 199, que está sendo discutida há muito tempo e que não está sendo pleiteada na Política Municipal de Saúde. Existem diversas ONGs que atuam nesta área e articulam-se entre si, sem saber que existe um Conselho como este.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: É uma discussão importante.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Até nossas comissões permanentes têm dificuldades em relação ao quórum.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Lucrativos: A importância da comissão é indiscutível. Concorde com o conselheiro Paulo de Tarso. Precisamos efetivar o trabalho das comissões, não apenas criá-las. Qual será o espectro desta comissão? Não podemos invadir a área de outras esferas.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: A comissão de patologia iniciou-se com os conselheiros legitimados para esta representação, que são a Regina Pedrosa, Vita Aguiar, Nadir e a Sheila, portanto cabe a eles a responsabilidade de garantir o funcionamento. Coloca em regime de votação a aprovação da Criação da Comissão de Patologias e Doenças Raras.
Aprovada por aclamação com duas 2 abstenções.

F – Deliberações

1- Aprovar os encaminhamentos das reuniões que trataram dos Chamamentos

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Houve um acordo no último Pleno, de chamar as Supervisões para detalhar as informações a respeito do Chamamento Público. Estas reuniões foram realizadas em conjunto aos membros do CMS. Ficou definido que seria confeccionada uma Recomendação, construída coletivamente.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Sugere que durante a leitura do documento sejam marcados os destaques para que ao final realizem as discussões apenas sobre os pontos destacados.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Solicita questão de ordem. Justifica que foram gastos muitos dias para confeccionar isso, e pede para que levem em consideração isso.

O Secretário Geral do Conselho: Realiza a leitura do documento preliminar.

A Conselheira Suplente representante do Poder Público: Informa que o item 5 saiu com o texto diferente do que havia sido aprovado na comissão. Uma alteração foi "Chamada imediata de todos os profissionais habilitados no concurso..." e a outra é "Autorização para contratação de emergência" que havia sido aprovada para médicos e não de todos os profissionais necessários. A necessidade é apenas de médicos, os outros podem ser chamados dos concursos.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Foi aberto no sentido de dar liberdade ao secretário para que ele possa ter a liberdade de lotar profissionais sejam eles quais forem. Podemos incluir "médicos", mas é importante deixar a parte "todos os profissionais" também.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: A proposta da conselheira Ana Rosa é adicionar a palavra "médicos" e manter "demais profissionais" também. Consulta o Pleno.

Aprovado.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: No item 11. Houveram 5 grandes fóruns após os chamamentos, com discussões amplas. Na geração deste documento faltavam algumas informações. Sugere que solicitem as informações corretas ao Núcleo, e remova a parte "pois alguns dados não foram informados pelos coordenadores".

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Solicita que isso seja apresentado ao CMS antes de incluir a informação.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Passa a palavra para conselheira da região central.

A Conselheira da STS Sé, Maria Aparecida: No documento constam 6 coordenadorias. A SÉ já foi legalizada?

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Sugere que alterem o texto para "apresentação das coordenadorias..." sem informação de quantidade.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Se a informação vier do núcleo técnico, apresentada corretamente, com cópia para todos os conselheiros apresentarem no dia seguinte, concorda com a sugestão do Dr. Ricardo.

A Conselheira Suplente representante do Poder Público: O anexo tem informações erradas. É necessário realizar essa correção sugerida pelo Dr. Ricardo.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Consulta o Pleno sobre a sugestão.

Aprovada.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Sobre o item12, deve constar a informação "15 dias".

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: No item 13. Este documento foi definido como recomendação, justamente para evitar característica jurídica. É uma manifestação política. O protocolo recebe qualquer documento para o secretário, e a ciência do secretário é esse recebimento. Sugere a supressão integral do item. Politicamente podemos a qualquer momento fazer uma resolução sobre o assunto, não é necessário citar.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Se não houver acatamento da recomendação, o CMS realizará uma resolução. Tudo que foi solicitado no dia foi colocado, inclusive este item. O recebimento do secretário deve ser protocolo de próprio punho.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Não era pra este texto ser incluído no documento. Isso é apenas um procedimento

que o CMS realizará, caso a recomendação não seja acatada. Sugere que seja retirado do texto. Consulta o Pleno sobre a sugestão.

Aprovado.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Qual será o encaminhamento deste documento? Havia sido discutido que seria para o Prefeito, Comissão de Saude da Câmara, Ministério Público Estadual e Ministério Público do Trabalho.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Solicita questão de ordem. Propõe que o Dr. Ricardo possa se manifestar em relação ao encaminhamento citado pela conselheira Ana Rosa.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: É a mesma linha do item anterior. Se houve tanto trabalho para discussão para não causar constrangimento, e depois envia para as esferas citadas é contraditório. O sentido é dar um retorno ao secretário sobre as dúvidas que nós tínhamos. Esse não foi o espírito da discussão.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Solicita questão de ordem. Acha que devem ser desmembradas as duas questões. Uma coisa é aprovar o texto, e enviar para o secretário. Outra é enviar para outras esferas, que pode ser debatido posteriormente.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: O regimento é claro. Todos os atos são públicos e devem ser publicizados.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Reunir os documentos confeccionados pelo CMS, montar um processo e encaminhar para estas instâncias, é um ato político com mais peso.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Entende que se fosse uma resolução, deveria ser encaminhada para todos os setores citados. Como é uma recomendação, acha que deve ser encaminhada ao secretário e publicizada pelos meios cabíveis, como o site do CMS. Após a próxima reunião plenária, dependendo das respostas, tomaríamos as medidas necessárias.

O Conselheiro Titular representante dos Conselhos de Atividade Função Fim: Já existe uma proposta muito clara de separar o documento do envio. A discussão do envio é importante, mas não deve ser feita hoje. Precisamos aprovar o documento.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: O documento foi acordado. Falta apenas a informação do Núcleo a ser inserida após nossa avaliação. O problema é o encaminhamento. O CNS dá publicização das resoluções e recomendações.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: A mesa deve pôr em votação as sugestões de encaminhamento.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Consulta o Pleno para aprovação do documento com as alterações.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: No item 2 o texto seria alterado para "Tantos equipamentos passaram para a gestão da OS... tantos da região Sul, Leste, etc... vide anexo I."

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Coloca em regime de votação a aprovação do documento com as alterações apontadas.

Aprovado por aclamação.

Coloca em regime de votação a aprovação de uma das seguintes propostas:

Proposta nº 01 – Encaminhar o documento apenas para o secretário.

Proposta nº 02 – Encaminhar o documento para o secretário e demais instâncias citadas.

Proposta nº 01 – 09 votos

Proposta nº 02 – 13 votos

Total: 22 votos

Aprovada a proposta nº 02.

Assim, o documento ficará da seguinte forma:

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RECOMENDAÇÃO Nº 01, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo - CMSSP em sua 192ª Reunião ordinária realizada em 12/02/2015, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.142 de 28 de dezembro de 1990, Art. 1º, § 2º combinado com a Lei 12.546 de 07 de janeiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 53.990 de 13 de junho de 2013;

No devido cumprimento à Constituição Federal/1988, no título VIII, Capítulo II, Seção II, da Saúde em conformidade com a Lei 8.080/1990 e Decreto Presidencial Nº 7.508 de 28 de julho de 2011 e Lei Complementar Nº 141 de 13 de janeiro de 2012, bem como a Resolução Nº 004 de 12 de setembro de 2013 e o Regimento do CMSSP, e

Considerando que o CMS possui caráter participativo, deliberativo e fiscalizador conforme legislação supra;

RECOMENDA:

1. Que a Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP por meio da Secretaria Municipal da Saúde – SMS considere e respeite as deliberações das Conferências Municipais, Estadual e Nacional de Saúde, notadamente ao que se refere a não implantação de parcerias por meio de Contratos de Gestão;
2. Que a SMS apresente um Plano que contemple o retorno gradativo e crescente das Unidades atualmente administradas pelas Organizações Sociais da Saúde – OSS para serem gerenciadas pela administração direta;
3. Que a SMS apresente projeto operacional que vise à melhoria e atualização da Gestão Pública, no que se refere à capacitação e educação permanente dos servidores, adequando os próprios serviços públicos com infraestrutura, aquisição de materiais e aumento do número de profissionais alocados nas unidades administrativas e assistenciais, de acordo com a necessidade, oferecendo à população assistência de qualidade ;
4. Considerando a Lei Federal 12.527, de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, que a SMS garanta a divulgação em local de fácil acesso, independente de requerimento, o registro das competências e estrutura organizacional, os Termos de Contratos de Gestão com registros de repasses ou transferências de recursos financeiros e despesas, utilizando mídias como o Portal da Transparência, site do CMSSP, bem como versão impressa todas as vezes que for solicitado;

5. Chamada imediata de todos os profissionais habilitados no Concurso Público Nº 01/2013 e autorização para contratação de emergência de médicos e para todos os profissionais necessários;
6. Que retorne à SMS os poderes e a autonomia para autorização para contratação de profissionais da área da saúde, as aberturas de concursos públicos para lotação das Unidades de Saúde;
7. Que sejam revogadas os Decretos e Portarias que transfiram competências da SMS para outras secretarias, notadamente a de Finanças, da Secretaria Municipal do Planejamento – SEMPLA e o Gabinete do Prefeito;
8. Implantar no âmbito de cada Coordenadoria Regional de Saúde – CRS a Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão, paritária, com representantes do CMS, dos Conselhos das Supervisões Técnicas de Saúde – STS e dos Conselhos Gestores Locais, sendo que a normatização do mesmo caberá ao CMS considerando a formação e funcionamento desta comissão;
9. Que se cumpra integralmente a Lei Complementar Nº 141 de 13 de janeiro de 2012, principalmente no que se refere ao não contingenciamento do orçamento da saúde e que as autorizações para aquisição de materiais de consumo e permanentes sejam fornecidas pela SMS, desde que os recursos estejam previstos no orçamento anual;
10. As OSS deverão sistematicamente prestar contas publicamente aos Conselhos da STS sobre os Contratos de Gestão, incluindo o Plano de Trabalho com os indicadores previstos, plano de aplicação orçamentária e financeira, além de outros que se fizerem necessários e em consonância com as pactuações anteriormente estabelecidas nos respectivos Conselhos da STS;
11. Considerando que nas apresentações das CRS, com a presença do Coordenador Regional de Saúde e Supervisores Técnicos de Saúde, foi observado que com o mesmo modelo de EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, não existiu uniformidade quanto aos critérios utilizados para inclusão ou não das Unidades de Saúde. Tendo em vista que algumas Unidades sob administração direta foram incluídas indevidamente no citado Edital, o Secretário Municipal de Saúde solicitou que este CMS apontasse nominalmente essas Unidades para revisão quanto à inclusão, neste sentido apontamos as unidades que passaram da administração direta para Contrato de Gestão no Anexo I.

Dentre essas, (completar) equipamentos de saúde da administração direta passaram para Contrato de Gestão (___ CRS Norte, ___ CRS Sul, ___ CRS Leste, ___ CRS Oeste, ___ CRS Centro, e ___ CRS Sudeste), vide anexo I, solicitamos que a SMS reveja todos os Editais para refazer a lista das Unidades sob Contrato de Gestão, mantendo-as sob administração direta;

12. Que a presente Recomendação seja publicada, na íntegra (no site oficial dessa Prefeitura Municipal e do CMS), com base no princípio de transparência da administração pública, indispensável para efetivação do controle social do SUS, no prazo de até 15 dias a contar do recebimento desta recomendação;
13. Deverá ser devolvida cópia da presente Recomendação, (no prazo de 15 dias a contar de seu recebimento) contendo o ciente do Secretário Municipal de Saúde de São Paulo.

São Paulo, ___ de fevereiro de 2015.

2- Indicação de 01 (um) representante para compor o Grupo Condutor da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, que irá se reunir no dia 05/03/2015, às 14h, no Auditório da SMS

Foi indicada a conselheira Gersonita.

Reunião encerrada às 18h40.